

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA CONSULTIVA: ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE AÇÕES REALIZADAS NO OESTE DE SANTA CATARINA (2015-19)

Valdirene Chitolina¹



<https://orcid.org/0000-0002-2118-5660>

RESUMO

O artigo “Educação patrimonial na arqueologia consultiva” é um fragmento da tese “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste catarinense”, em fase de elaboração no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Objetiva-se analisar nos documentos o componente que trata do programa de educação patrimonial proposto ou executado nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos da região. Para tanto, a amostra investiga 11 projetos e 13 relatórios que versam sobre às atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina, mantidos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2019. Problematisa-se como as ações desses empreendimentos nas escolas regionais têm-se prestado ao cumprimento da legislação e à partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena. Conclui-se que a arqueologia consultiva interage e interfere em locais que abrigam a memória coletiva das comunidades, no entanto a educação patrimonial, afetada pela mercantilização das práticas arqueológicas, não é realizada por meio de um processo sistemático e contínuo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial na arqueologia consultiva. Empreendimentos hidroenergéticos do oeste catarinense. Indígenas.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um fragmento da pesquisa de doutoramento que versa sobre o “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste catarinense”. Trata-se de um estudo qualitativo, fundamentado no método de observação e análise documental de registros institucionais escritos. A amostra investigada são 11 projetos e 13 relatórios que discorrem sobre às atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina e que foram dispostos no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), instituição integrada à Unochapecó, entre 2015 e 2019.

¹Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo, sob a orientação da professora Dra. Jacqueline Ahlert, com a modalidade de bolsa Fupf; Mestra em História Regional pela Universidade de Passo Fundo; Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas; valdirenechitolina@yahoo.com.br

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Há, em Santa Catarina, outras instituições capacitadas para a emissão de endossos a projetos que envolvem a arqueologia, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); entretanto, o CEOM foi a instituição contemplada por ser a única a endossar projetos em âmbito regional. Optou-se pelos empreendimentos hidroenergéticos em detrimento de outros, como os rodoviários, por exemplo, em virtude da magnitude, da quantidade e da abrangência regional dos projetos.

Com base nos documentos, buscam-se respostas para as seguintes questões: como as ações desses empreendimentos, nas escolas da região oeste de Santa Catarina, têm-se prestado no cumprimento da legislação e na partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena? Há um equilíbrio perceptível entre a ciência, os valores locais e o programa de educação patrimonial da arqueologia consultiva? Em cada projeto, ou relatório será selecionado como objeto de estudo o trecho sobre ações educativas propostas ou executadas nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos. Lembrando que ‘O Projeto Integrado de Educação Patrimonial’ só vai acontecer nos projetos de nível III e IV, quando houver achado arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA).

O QUE MOSTRA A DOCUMENTAÇÃO

Na atualidade, a arqueologia consultiva (de contrato, salvamento ou preventiva) do recorte geográfico estudado, está voltada aos empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental, como, por exemplo, obras suntuosas do setor hidroenergético. Porém, a arqueologia consultiva devido às grandes áreas pesquisadas, traz ao final dos trabalhos grandes acervos e muitos relatórios que na maioria das vezes acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a empresa contratante, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), etc., que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia (CARBONERA, 2009).

Além disso, há pesquisas arqueológicas academicistas, como as que são desenvolvidas pelos profissionais do CEOM e do Laboratório Universitário de Patrimônio e Arqueologia (LUPA) da Universidade Fronteira Sul *Campus* Chapecó, entre outros. O IPHAN tem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contabilizados, entre 1991 e 2017, 13.956 processos de arqueologia, os quais são divididos em cinco categorias: arqueologia preventiva, arqueologia acadêmica, intervenção em bem protegido, estudo para tombamento e não se aplica – para esta última categoria, não fica muito clara qual seria a sua especificidade. Esses processos estão repartidos nas vinte e sete Superintendências Regionais (SE) e no Centro Nacional de Arqueologia (CNA). Esses números não representam a real quantidade de empreendimentos, pois alguns processos não obtiveram anuência do IPHAN ou foram revogados, e há alguns duplos na lista fornecida pelo instituto (WITTMANN, 2018, p. 26-27).

Wittmann (2018, p. 26-27) salienta que, entre 1991 e 2017, comparando a quantidade e porcentagem dos processos de arqueologia preventiva e acadêmica, foram contabilizados 12.483 processos referentes à arqueologia preventiva (89,4%). A arqueologia acadêmica abarca 3,6% dos processos registrados (513). Obviamente, isso não quer dizer que ocorreu apenas esse número de pesquisas arqueológicas nas universidades brasileiras, mas sim que foi esse o número de projetos de pesquisa protocolados no IPHAN. A partir da vigência da Instrução Normativa n. 1, de 25 de março de 2015, até 2018, foram protocolados no IPHAN 3.537 processos; desses, 3.395 são para projetos no âmbito da arqueologia preventiva (95,6%), e 96 de projetos acadêmicos (2,7%). Nota-se, assim, claramente, como a ciência arqueológica está ligada diretamente ao licenciamento ambiental; e também fica evidente a discrepância numérica entre as duas.

No oeste de Santa Catarina, assim como no país,

as pesquisas preventivas ou de salvamento têm a função de prevenir a destruição de qualquer patrimônio cultural no processo de desenvolvimento urbano e industrial. São financiadas pelo empreendedor, como parte do Estudo de Impacto Ambiental, quando da instalação de estrutura comercial, industrial ou pública de impacto ambiental considerado de médio a alto, dependendo também da área atingida. As pesquisas acadêmicas são em sua maioria projetos de longa duração tendo interesse principal na obtenção de conhecimento arqueológico específico e aprofundado em regiões maiores, são financiadas pelas universidades, museus, por recursos próprios dos pesquisadores ou das agências de fomento à pesquisa. (DELFORGE, 2010, p. 14).

Pelo fato de que esta parte da pesquisa está voltada às ações educativas (registradas na documentação como ‘educação patrimonial’) desenvolvidas nas escolas dos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos, registra-se que a educação patrimonial é a “ação educativa sobre bens coletivos que nossa geração possui; bens herdados ou adquiridos,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mas que queremos manter e conservar, pois fornecemos valor a eles ou os consideramos um valor em si”. (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa). Ademais, “através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural”. (CARVALHO; FUNARI, 2008, p. 306).

Juliane Carla Lima e Silva e Matheus Belo Barbosa (2020) registraram que a Educação Patrimonial é um importante meio que rompe barreiras que separam a população da academia. Além disso, que a educação do patrimônio cultural busca muito mais do que uma “transferência de novos saberes” ou “apresentar a cultura para o próprio povo que a constitui”; pelo contrário, ela é uma facilitadora entre dois conhecimentos divergentes, no caso o científico e o popular, e entre os dois possui uma linha tênue que provoca uma inquietude de buscar mais, de conhecer mais, conseqüentemente de criar vínculos afetivos com o Patrimônio e, por conseguinte, a sua preservação.

Sobre a educação patrimonial, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) registra:

Na prática o que se denomina por Educação Patrimonial, tal como hoje é conhecida, foi inicialmente aplicada no Museu Imperial de Petrópolis na década de 90 pela museóloga Maria de Lurdes Horta, que se baseou no método do *Heritage Education* para desenvolver pesquisas de grande relevância na área. Sua experiência foi adotada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN quando a Portaria 230/2002, a atrelou a pesquisas conhecidas como de Salvamento ou de Resgate arqueológico tornando obrigatória a sua prática junto a programas de pesquisas de resgate arqueológicos realizados através de contratos empresariais. Desde então se tornou procedimento indispensável de devolução sociocultural às comunidades afetadas pelas obras de impacto direto e indireto sobre o patrimônio arqueológico em todo o território nacional. (IAB, 2013, p. 19).

No oeste catarinense, assim como no país, o programa de educação patrimonial (ou as ações de divulgação científica e extroversão) apresentado nos projetos nos relatórios de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico dos empreendimentos hidroenergéticos é realizado, entre outras leis, em virtude das exigências da Instrução Normativa n. 001, de 25 de março de 2015, que

estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta – AID do empreendimento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

em bens culturais acautelados em âmbito federal. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2015, p. 1).

Em consonância com a instrução citada, ao ler os projetos e relatórios, nota-se que, além educação patrimonial – ou ações educativas, pois ainda não se sabe se estes planejamentos têm o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) – realizada nas escolas, geralmente são aplicados questionários a determinados grupos sociais para identificar novos sítios; são feitas entrevistas e entrega de cartilhas sobre o patrimônio arqueológico aos moradores que residem próximos aos empreendimentos, entre outras ações. Aos trabalhadores em contato direto com os sítios arqueológicos, eventualmente, são oferecidas atividades educativas sobre patrimônio arqueológico. Além disso, quando são encontrados novos sítios arqueológicos nas áreas dos empreendimentos, é sugerida a apresentação das pesquisas em eventos científicos ou outras formas de publicação. Em todos os projetos e relatórios, são inseridas imagens que documentam as ações relacionadas às atividades de educação patrimonial, entre outras.

O aporte teórico relacionado ao contexto antrópico regional ou ao programa de educação patrimonial² apresentado nos projetos e relatórios se repete com frequência, pois o mesmo arqueólogo(a) é responsável por diversos projetos e relatórios de empreendimentos diferentes. Essa situação é apresentada com detalhes no Quadro 1.

Quadro 1 – Citação e referências sobre educação patrimonial com a comunidade escolar

Citação	Referências
Para a comunidade escolar, será escolhida a escola mais próxima do empreendimento; esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis, neste caso pretendemos ministrar uma roda de conversa com a finalidade de discutir conceitos como os de patrimônio, identidade, pertencimento, cultura, arqueologia, áreas de atuação dos arqueólogos, entre outros temas e conceitos que tangem ao patrimônio arqueológico.	(LOPES, ago. 2016, p. 56) (LOPES, set. 2016, 61) (LOPES, set. 2017, p. 47) (LOPES; FARHERR, nov. 2017, p. 78)

Fonte: elaboração da autora.

Sinaliza-se que a prática de copiar/colar é muito comum, especialmente quando os projetos são do mesmo arqueólogo. Nos projetos pesquisados por Aline Bertoncetto (2020), junto ao IPHAN, há registros de que nunca se barrou um projeto por esse motivo.

² Ou ações de divulgação científica e extroversão pois o Programa de Educação Patrimonial não está nesses projetos e relatórios, ele é um documento a parte, de acordo com a IN 001/2015. Lembrando que os arqueólogos utilizam o termo “Educação Patrimonial” nos projetos e nos relatórios.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Arqueólogos também relatam que é insustentável criar ‘do zero um projeto’, já que os mesmos elaboram muitos. Dessa forma, como o que é realizado não se enquadra como Educação Patrimonial, pois IN 001/2015, não exige, para este momento esse tipo de ação, dessa forma não se vê problemas em realizar uma ação mais geral. A única observação a se fazer é enquadrar dentro da realidade da região, por exemplo, na região do Alto Rio Uruguai precisa falar dos povos que habitaram ali, não sobre os Marajoara, por exemplo.

Quadro 2 – Semelhanças nos programas de educação patrimonial com a comunidade escolar

Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio Arqueológico – PCH Fortaleza	Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico, e educação patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce
Os objetivos que devem ser atingidos com a realização das ações de educação patrimonial são: Divulgar e sociabilizar o conhecimento científico produzido com o projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na PCH Fortaleza, inserindo-o no contexto regional e nacional; Gerar a reflexão sobre a importância da preservação dos bens culturais existentes na região de estudo; Gerar discussões sobre o passado humano (indígena, afrodescendentes e europeus) regional e a sua contribuição para a formação da cultura dos municípios de Iraceminha e Descanso; Destacar o patrimônio arqueológico dos municípios de Iraceminha e Descanso, enfatizando sua importância no processo de construção da história regional; Gerar reflexões sobre as experiências do homem pré e pós-colonial ao longo do tempo, utilizando, com isso, recursos pedagógicos e lúdicos; Executar ações de educação patrimonial em escolas da rede pública dos municípios de Iraceminha e Descanso envolvendo-os para a importância da preservação do patrimônio arqueológico para a sociedade; <i>Executar ações com a comunidade envolvente dos municípios de Iraceminha e Descanso que permitam o envolvimento e a reflexão para a importância da preservação do patrimônio arqueológico. Nos ciclos de palestras nas escolas do ensino médio da rede pública de Iraceminha e Descanso, serão abordados os seguintes temas: Questionamento do termo pré-história; Apresentação do trabalho do arqueólogo; Apresentação da arqueologia regional; Apresentação da pesquisa arqueológica que será realizada para a construção da PCH Fortaleza e sua origem dentro dos licenciamentos ambientais; Apresentação e questionamento da conceituação de patrimônio cultural; Os diversos trabalhos arqueológicos realizados na região; Proteção,</i>	Os objetivos que devem ser atingidos com a realização das ações de educação patrimonial são: Divulgar e sociabilizar o conhecimento científico produzido com o salvamento e monitoramento arqueológico na PCH das Pedras, inserindo-o no contexto regional e nacional; Gerar a reflexão sobre a importância da preservação dos bens culturais existentes na região de estudo; Gerar discussões sobre o passado humano (indígena, afrodescendentes e europeus) regional e a sua contribuição para a formação da cultura do município de Água Doce. <i>A região de Água Doce foi palco do tropeirismo, assim como da Guerra do Contestado, temas que rodeiam o cotidiano da população; Destacar o patrimônio arqueológico no município de Água Doce, enfatizando sua importância no processo de construção da história regional; Gerar reflexões sobre as experiências do homem pré e pós-colonial ao longo do tempo, utilizando, com isso, recursos pedagógicos e lúdicos; Executar ações de Educação Patrimonial em escolas da rede pública do município de Água Doce (ou com grupos específicos do municípios, no caso de férias escolares) e com funcionários da PCH das Pedras envolvendo-os para a importância da preservação do patrimônio arqueológico para a sociedade. Nas escolas do ensino médio da rede pública do município de Água Doce, a proposta inicial é realizar uma série de palestras contemplando as escolas da rede pública de ensino médio do município (caso a educação patrimonial ocorra no período de férias escolares, serão realizadas atividades com grupos específicos da comunidade, como, por exemplo, Grupo da Terceira Idade e/ou Grupos de Jovens). Nestas palestras, com linguagem e abordagem pedagógica específica para a faixa etária, serão abordados os seguintes temas: Questionamento do termo pré-história; Apresentação do trabalho do arqueólogo; Apresentação da arqueologia regional; Apresentação da pesquisa arqueológica que será realizada para a construção da PCH das Pedras e sua</i>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

<p>preservação e valorização do patrimônio arqueológico regional. A duração das palestras deverá ser de 30 minutos, com a utilização de material didático específico a cada segmento e de mídia eletrônica para projeção de imagens. <i>Será utilizado, durante a palestra, como material de apoio, folder com conceituação de temas abordados na palestra e com imagens de artefatos indígenas. Dessa forma, objetiva-se desenvolver palestras que busquem envolver os sujeitos alvo das ações. Esses materiais serão utilizados com o intuito de provocar questionamentos e indagações por parte dos sujeitos envolvidos nas ações, sendo assim provocadores de aprendizagens.</i> Sequencialmente, ao se trabalhar com o tema da arqueologia e dos <i>artefatos indígenas, será realizada uma oficina de argila.</i> Essa oficina será de imensa importância, <i>dos meios palpáveis, tanto para reconhecer como para despertar o questionamento da Preservação do Patrimônio Arqueológico.</i> Muitas pessoas já tiveram contato ou ouviram falar de artefatos arqueológicos, encontrados fortuitamente por parentes, vizinhos ou tiveram o contato direto com tais objetos. A oficina de <i>argila</i> pretende, entre outros, demonstrar o quanto esses objetos possuem em seu bojo uma série de informações sobre quem o usou, quando, como e por que, além de informações relativas a sua produção. Consequentemente, precisam de proteção e preservação para que esse legado seja conhecido pelas gerações futuras (GARCIA; SOUSA, 2016, p. 76, 77, 78).</p>	<p>origem dentro dos licenciamentos ambientais; Apresentação e questionamento da conceituação de patrimônio cultural; Os diversos trabalhos arqueológicos realizados na região; Proteção, preservação e valorização do patrimônio arqueológico regional. A duração das palestras deverá ser de 30 minutos, com a utilização de material didático específico a cada segmento e de mídia eletrônica para projeção de imagens. Sequencialmente, ao se trabalhar com o tema da arqueologia e dos <i>diferentes grupos humanos que contribuíram para a formação do município (índios, negros, europeus), será realizada uma oficina de quebra-cabeça.</i> Essa oficina será de imensa importância, pois despertará o questionamento da importância do papel do arqueológico – a tarefa de procurar entender o modo de vida das populações do passado, com “fragmentos materiais”. Muitas pessoas já tiveram contato ou ouviram falar de artefatos arqueológicos, encontrados fortuitamente por parentes, vizinhos ou o contato direto com tais objetos. A oficina de <i>quebra-cabeça</i> pretende, entre outros, demonstrar o quanto esses objetos possuem em seu bojo uma série de informações sobre quem o usou, quando, como e por que, além de informações relativas à sua produção. Consequentemente, precisam de proteção e preservação para que esse legado seja conhecido pelas gerações futuras (SOUSA; GARCIA, 2016, p. 31, 33).</p>
---	--

Fonte: extraído de GARCIA; SOUSA, nov. 2016.

Nas ações educativas destinadas às escolas registradas nos projetos de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas áreas dos empreendimentos da CGH Arabutã, Arabutã; PCH Bom Retiro, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; PCH Fortaleza, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha; PCH das Pedras, Água Doce; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; PCH São Carlos, Lacerdópolis e Campos Novos; CGH Cachoeirinha, Xanxerê e Xaxim, é registrado que o programa será realizado em “escolas da rede pública dos municípios”. Entretanto, ao se comparar os projetos dos empreendimentos com os relatórios finais, como, por exemplo, na área do empreendimento CGH Arabutã e na CGH Bráulio, percebe-se que apenas “uma unidade escolar” ou um nível de ensino de uma escola de cada município é contemplado com o programa de educação patrimonial/ações educativas,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diferentemente do que é registrado, no plural, “nas escolas da rede pública dos municípios”. Esse exemplo está referenciado no Quadro 3.

Quadro 3 – Projetos versus relatórios da CGH Arabutã e CGH Bráulio, no programa de educação patrimonial

Projetos :CGH Arabutã, CGH Bráulio	Relatórios: CGH Arabutã, CGH Bráulio
Para a comunidade escolar, será escolhida <i>a escola mais próxima do empreendimento</i> , esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis [...]. (LOPES, ago. 2016, p. 56).	A Escola de Ensino Básico Marcolino Pedroso teve como público alvo <i>os alunos do ensino médio, sendo eles 19 estudantes do primeiro ano, 8 estudantes do segundo ano e 17 estudantes do terceiro ano, totalizando 44 alunos.</i> (LOPES, dez. 2016, p. 247).
Acredita-se que as ações de educação patrimonial <i>nas escolas da rede pública dos municípios abrangidos</i> pelo empreendimento possuem o poder de discutir os processos de seleção e produção dos bens patrimoniais. (SOUSA, set. 2017, p. 55).	A Educação Patrimonial foi realizada com os <i>alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Benjamim Carvalho de Oliveira, Ipumirim (SC) [...].</i> (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36). Na Escola Básica Arabutã, em Arabutã, a metodologia consistiu em <i>uma conversa [...]</i> abordando a temática arqueológica e do patrimônio cultural, <i>com o diretor da escola e demais funcionários</i> , juntamente com a entrega de folder [...] uma vez que os alunos já se encontravam no período de férias escolares [...]. (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36).

Fonte: extraído de LOPES, ago. 2016, p. 56; LOPES, dez. 2016, p. 247; SOUSA, set. 2018, p. 55; SOUSA, jul. 2018, p. 32-36.

Para demonstrar a ideia de que não são ‘as escolas’ de ensino público e sim ‘a escola mais próxima do empreendimento’, ou então ‘uma’ escola em cada município, ou, melhor, algumas turmas, ou uma turma, basta observar os projetos ou relatórios finais associados às implantações da CHG Jacu, Xaxim; CGH Dengosa, Abelardo Luz; CGH Arabutã, Arabutã; CGH 3 de Outubro, Irani e Caçador; PCH Andromix, Tangará; CGH Marrecas, Seara; CGH Taborda, Xaxim e Lajeado Grande; PCH Andromix, Tangará; CGH São Clemente, Irani e Jaborá; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; CGH Aliança, Calmon; CGH Sete Quedas, Faxinal dos Guedes; CGH Duque, Ibicaré e Treze Tílias; CGH Udo Ary Callfass, Xanxerê; PCH Passo do Irani, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; CGH Cobra Verde, Palma Sola e Anchieta.

Todavia, se as ações sobre educação patrimonial, registradas nos projetos e relatórios, se configuram somente como ‘extroversão do conhecimento’ elas não estão equivocadas, de acordo com as diretrizes do IPHAN, pois a extroversão é uma proposta sucinta. Para os profissionais do IPHAN, que analisam os projetos/relatórios, é preferível que as escolas atendidas estejam na ADA, e geralmente abrange só uma escola mesmo. O que eles cobram é que exista coerência entre projeto e o relatório, ou seja, se o arqueólogo fala no projeto que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vai atender duas escolas que estão na ADA do empreendimento, no relatório vai ter que apresentar dados que comprovem as atividades nas duas escolas, caso contrário, precisa justificar o porquê da não realização.

Em todos os documentos, é registrada a importância dos sítios arqueológicos para compreensão da cultura material humana pré-histórica ou histórica. Os sítios arqueológicos englobam todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 1990, p. 1). Ou, ainda, de acordo com as autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (1999, p. 15), os sítios arqueológicos, além dos monumentos, são identificados como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós”.

Observar um sítio arqueológico e perceber as ações passadas e presentes ‘funcionaria como chaves’ para compreender as necessidades humanas na produção de seus aparatos de sobrevivência. Entretanto, em nenhum projeto ou relatório, é citada a visitação *in loco*, pelos alunos e professores, nos sítios arqueológicos destruídos ou preservados pelos empreendimentos. Segundo Alexandre Pena Matos, ao se tratar de Educação Patrimonial, as atividades que são realizadas nas escolas não se enquadram como tal. Pensando no funcionamento desses projetos, pode-se dizer que se encontram longe do ideal, pois os profissionais têm problemas sobre o prazo da obra, e geralmente trabalham com orçamentos apertados. Isso dá margens para priorização do estudo em si em detrimento das atividades educativas (MATTOS, 2017).

Desta forma, observar de forma crítica a trajetória da educação patrimonial, respaldada pelo Estado, por meio do IPHAN, e que é empreendida nas escolas da região Oeste de Santa Catarina, significa “compreender como o Estado vem pautando sua relação com a população nesse campo e levantar subsídios para lutar por outras formas”. (SIVIERO, 2015, p. 83). Ressaltando que existem outras iniciativas do Estado, como o Edital Elisabete Anderle (FCC) que prevê concorrência para ações de Educação Patrimonial, inclusive democratizando a realização das atividades, já que recebe propostas de pessoas físicas e jurídicas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outras formas, por quê? Para “falar com maior propriedade da educação sobre o Patrimônio Cultural é cabal deixar a sala de aula fechada e mergulhar em lugares, objetos, manifestações, ou seja, feito como tal para poder entendê-lo além da própria teoria”. (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa). Neste caso, os sítios arqueológicos que abrigam e contam a história indígena regional num período de longa duração poderiam ser visualizados e interpretados em seu contexto cultural, colocados diante da realidade de professores e alunos; não apenas apresentados por meio de palestras, oficinas de argila e jogos de quebra-cabeça que são orientados por profissionais contratados – embora, na maioria das vezes, seja um trabalho com muitas características positivas, especialmente por se tratar de uma assunto “raro” em âmbito escolar.

Em relação à história indígena regional trabalhada nos programas de educação patrimonial³ realizados em virtude dos empreendimentos, percebe-se, por meio dos projetos, que não são oferecidos cursos, oficinas, atividades práticas ou palestras aos professores das redes de ensino municipais, estaduais ou particulares para que, ao longo do tempo, possam compartilhar o conhecimento adquirido com um número maior de alunos. Dessa forma, esses profissionais poderiam contribuir para o desenvolvimento da educação patrimonial, auxiliando no fortalecimento dos sentimentos de pertencimento à comunidade, o “que indubitavelmente reforçaria sua identidade”. (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa).

Alexandre Pena Matos (2017, p. 223), ao encerrar sua tese de doutorado, que trata sobre a educação patrimonial no contexto arqueológico e as reflexões acerca das práticas educacionais, conclui que há certezas “de que a Educação Patrimonial é o melhor método na difusão do patrimônio cultural e, para que ela se torne efetiva e afetiva no cotidiano, a participação do professor e professora como promotores dessas ações é importantíssima”.

Outro enfoque que responde à pergunta que norteou esta pesquisa é o fato de que os projetos e relatórios dos empreendimentos hidroenergéticos pretendem e descrevem uma

³ Faz-se uma ressalva, pelo fato de que em todos os projetos e relatórios analisados o termo utilizado pelos arqueólogos, para as ações educativas e de extroversão é: “Educação Patrimonial”, chegou-se às conclusões apresentadas neste trabalho. Entretanto, uma nova versão está em curso, mas em virtude da data de entrega estipulada para o evento, não foi possível apresentar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

educação patrimonial que na realidade não se aplica.⁴ Por exemplo, ao se observar o conceito de “educação patrimonial”, nota-se

[...] que é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento. A partir da experiência e do contato direto com as evidências físicas e manifestações da cultura, em seus múltiplos aspectos, busca levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural permitindo uma melhor fruição destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65).

De acordo com o “Guia básico de educação patrimonial”, a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático, centrado em fontes primárias, que visa a experiência e o contato direto com as evidências para gerar a apropriação, a construção do conhecimento e a valorização cultural. Por este motivo, questiona-se: como esses objetivos poderão ser alcançados com as propostas de educação patrimonial registradas nos projetos e relatórios? Especialmente se as palestras são planejadas para durar 30 minutos? (Conforme indicado no “Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza (SC), rio das Antas, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha”; no “Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico, e educação patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce”; no “Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipumirim”; no “Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos”).⁵

Além disso, tampouco são atividades centradas num processo ativo, pois os estudantes ouvem e depois executam o que lhes é solicitado, sem protagonismo algum. Ocorre uma “transferência” de informações que são repassadas. Alunos e professores são espectadores. Ou seja, essas ações são suficientes para que os educandos desenvolvam a valorização e o sentimento de pertença em relação ao patrimônio cultural indígena regional? Ainda, depois das palestras, os alunos montam potes de argila ou quebra-cabeças; isto é, atividades isoladas que não são permanentes e sistemáticas.

⁵ Como já foi registrado na nota anterior, se esse tipo de atividade se configura apenas como de extroversão, não há a exigência da realização do Programa de Educação Patrimonial, a verificação está em curso.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Outro enfoque que corrobora com a resposta são as operações contratuais em virtude da instalação dos empreendimentos hidroenergéticos na região: são projetos da arqueologia de consultiva que cumprem com responsabilidades exigidas por leis federais, e de certa forma ocasionam a “mercantilização” de práticas arqueológicas na região.

Jacqueline Ahlert e Jenny González Muñoz (2019, p. 39, tradução nossa) escrevem sobre o fato de que as reservas técnicas de laboratórios, institutos de pesquisa e museus estão praticamente cheias de artefatos, o que leva a sua colocação em caixas, muitas vezes, inadequadas e a uma catalogação expressa em extensos relatórios de natureza científica. Tudo isso traz consigo uma maior distância dos olhos do público não especialista na área, levando à necessidade de um trabalho de reforço da educação para sensibilizar sobre o conhecimento dos lugares e descobertas que, afinal, fazem parte de sua própria história.

Muitas vezes, as ações educativas desenvolvidas na região, em virtude da arqueologia consultiva, representam um dos raros acessos da comunidade escolar a este tipo de experiência. Se essas ações fossem desenvolvidas por meio de um processo sistemático e permanente, poderiam contribuir, ainda mais, para a inclusão, por exemplo, das reminiscências pré-históricas e históricas dos povos indígenas que viveram neste lugar.

Por isso, aproximar a comunidade regional deste legado possibilitaria o reconhecimento, a valorização e a preservação de culturas milenares como, por exemplo, a dos caçadores-coletores, dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. A história indígena de longa duração no oeste de Santa Catarina não recebeu a mesma popularidade da história dos que “legalmente” adquiriram as terras no início do século XX, os migrantes sul-rio-grandenses descendentes de europeus, brancos, cristãos que “colonizaram” a região.

Por outro lado, no oeste catarinense, a presença indígena dos que vivem nas terras ou reservas indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani, e que frequentemente comercializam artesanatos em locais públicos, confirma uma ocupação histórica milenar. A educação patrimonial mediada com responsabilidade, entre os não indígenas, poderia levar a uma tomada de consciência sobre o importante legado histórico dessas populações.

Considerações finais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os empreendimentos hidroenergéticos executados entre 2015 e 2019 nos municípios da região oeste de Santa Catarina, e que tiveram seus projetos ou relatórios postos no CEOM/Unochapecó, cumprem a legislação. Porém, o programa de educação patrimonial destinado às comunidades escolares agracia, geralmente, uma ou duas turmas da escola mais próxima ao empreendimento. Entretanto, a partilha do conhecimento relacionada ao patrimônio arqueológico indígena não é realizada por meio de um processo sistemático e contínuo. Pois prioriza palestras e oficinas de jogos de quebra-cabeça, confecção de potes de argila, entre outras atividades. São ações pensadas e realizadas entre as instituições. Alunos e professores não são os protagonistas. Professores não são preparados para serem agentes multiplicadores e mediadores de ações voltadas as ações educativas.

As propostas dos programas de educação patrimonial desses empreendimentos não possibilitam que discentes e docentes saiam dos “muros” escolares e usufruam de espaços não convencionais. Dessa forma, possivelmente tenham dificuldade para se perceberem como sujeitos históricos inseridos numa realidade social diferente, mas integrando o mesmo “espaço físico” no qual viviam os antigos povos indígenas.

Viagens de estudo, oficinas, palestras ou cursos destinados aos professores poderiam tornar a educação patrimonial uma práxis pedagógica interdisciplinar caso eles obtivessem esse conhecimento; porém não são o foco dos programas. Além disso, além do que já é realizado, a visitação *in loco* aos sítios arqueológicos, museus ou laboratórios que abrigam os vestígios arqueológicos desses povos e seu contexto cultural poderia alastrar o conhecimento científico mediado, entre outros, pela educação patrimonial da arqueologia consultiva. Esta área do conhecimento poderia dar visibilidade para a identidade cultural das comunidades escolares que têm a história local e regional ignorada, inexplorada, muitas vezes, em seus currículos escolares.

De acordo com a IN 001/2015, o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) ocorre somente se houver achados arqueológicos na Área Diretamente Afetada, em projetos de nível III e IV. Até o momento foram pesquisados os projetos e relatórios iniciais das pesquisas arqueológicas a fim de conhecer o formato dos trabalhos e entrar em contato com as primeiras ações educativas que não são configuradas como Educação Patrimonial, mas sim, a atividades de divulgação científica e extroversão. Uma nova etapa iniciou-se e ainda está em fase de levantamento de informações, para verificar em todos os relatórios se houve tal

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ocorrência de achados arqueológicos e, em decorrência disso, observar se o PIEP e respectivo relatório já foram executados.

A arqueologia consultiva interage e interfere nos sítios arqueológicos que abrigam a memória coletiva das comunidades afetadas pelos empreendimentos hidroenergéticos na região. A educação patrimonial configura-se num momento de partilha entre a ciência e os valores locais. Entre eles, o patrimônio arqueológico indígena do oeste de Santa Catarina, que se constitui em um referencial para a pré-história e a história da América do Sul.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Jacqueline; MUÑOZ, Jenny González. Lacuma: Experiencia de educación patrimonial en el ámbito arqueológico. *Educación y ciencia*, v. 8, n. 52, jul./dic, 2019, p. 37. *In*: MERILLAS, Fontal, Olaia. **La educación patrimonial: Teoría y práctica en el aula, el museo e internet**. Asturias: Trea, 2003.

BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no Oeste Catarinense (2012-2018)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2020.

CARBONERA, Mirian. Patrimônio arqueológico no oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. **Revista de arqueologia**, v.22, n. 1, (jan. -jul. 2009), p. 83-98. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/262>>. Acesso em: 2 jul 2021.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. 2008, p. 306. *In*: BASTOS, R. L.; FUNARI, P. P. A. **Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage**. Handbook of South American Archaeology. New York: Springer 2008.

DELFORGE, Alexandre Henrique. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IAB – Instituto de Arqueologia Brasileira. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <<http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

IPHAN. **Carta de Lausanne**. 1990, p. 1. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>>. Acesso em 20 maio 2020.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MATOS, Alexandre Pena. **Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. Tese (Doutorado em História, na área de concentração Sociedade, Cultura Material e Povoamento) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Gabinete da Presidência. **Instrução Normativa n. 001, de 25 mar. 2015**. Brasília, 2015.

SILVA, Juliane Carla G. Lima da; BARBOZA, Matheus Belo G. Os lugares, os patrimônios e o ensino da história: a educação patrimonial nas salas de aula. *In: ANPUH 6º Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História*. 2020, União da Vitória/PR, (Comunicação, mesa Ensino de História e Diálogos Transversais), UNESPAR: LAPHIS. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/eventos/item/5596-6-simposio-eletronico-internacional-de-ensino-de-historia>>. Acesso em: 19 maio 2020.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. **Revista CPC**, São Paulo, n. 19, p. 80-108, jun. 2015. DOI: <http://dx.doi.org.br/10.11606/issn.1980-4466.v0i19p80-108/>.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio**: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental. 2018. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2018.

FONTES DOCUMENTAIS

COSTA, Silvano Silveira da. Consultoria. **Relatório final**: Projeto de diagnóstico arqueológico interventivo associado à implantação da CGH Dengosa, município de Abelardo Luz (SC). Arqueoeste Consultoria. Chapecó (SC), mar. 2016.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Taborda, rio São João, municípios de Xaxim e Lajeado Grande (SC)**. Arqueoeste Consultoria. Chapecó (SC), 2017.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para a CGH Aliança, município de Calmon (SC)**. Arqueoeste Consultoria. Chapecó (SC), 2017.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico para CGH Cobra Verde, municípios de Palma Sola e Anchieta (SC)**. Arqueoeste Consultoria. Chapecó (SC), jan. 2019.

COSTA, Silvano Silveira da. **Relatório final**: projeto de diagnóstico arqueológico interventivo associado à implantação da CHG Jacu, município de Xaxim (SC). Arqueoeste Consultoria. Chapecó (SC), mar. 2015.

FILHO PERILLO, Átila; LOPES, Marina da Fonseca; FARHERR, Ramsés Mikalauscas. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Cachoeirinha, rio Xanxerê, Xanxerê e Xaxim (SC)**. GAIA Consultoria em Arqueologia Ltda. Rio Grande (RS), abr. 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GARCIA, Jefferson Batista; SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Bom Retiro, municípios de Faxinal dos Guedes e Ipumirim (SC)**. Artefatos Pesquisas Arqueológicas. Florianópolis (SC), ago. 2016.

GARCIA, Jefferson Batista; SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio Arqueológico – PCH Fortaleza, municípios de Iraceminha e Descanso (SC)**. Artefatos Pesquisas Arqueológicas. Florianópolis (SC), nov. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do empreendimento CGH Arabutã, rio Jacutinga, município de Arabutã (SC)**. Rio do Peixe, município Caçador (SC). Sol Energia Ltda. Xanxerê (SC), ago. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área afetada pela CGH 3 de Outubro, rio Jacutinga, municípios de Irani e Caçador (SC)**. CGH Usina Três de Outubro S/A. Xanxerê (SC), set. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da PCH Andromix, no município de Tangará (SC)**. Andromix Geração de Energia Ltda. Xanxerê (SC), out. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Sete Quedas, arroio Jaguatirica, município de Faxinal dos Guedes (SC)**. Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda. Rio Grande (RS), set. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH Marrecas, rio Ariranha, município de Seara (SC)**. Ariranha Geração de Energia Elétrica Ltda. Xanxerê (SC), nov. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico CGH Sete Quedas, Arroio Jaguatirica, Faxinal dos Guedes (SC)**. Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda. Rio Grande (RS), jan. 2018.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório Final avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico da PCH Andromix, rio do Peixe, município de Tangará (SC)**. Andromix Geração de Energia Ltda. Rio Grande (RS), jul. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca. **Relatório final de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do empreendimento CGH Arabutã, localizada no rio Jacutinga, município de Arabutã (SC)**. Sol Energia Ltda. Xanxerê (SC), dez. 2016.

LOPES, Marina da Fonseca; FARHERR, Ramsés Micalauskas. **Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na CGH Duque, rio São Bento, Ibicaré e Treze Tílias (SC)**. Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda. Rio Grande (RS), nov. 2017.

LOPES, Marina da Fonseca; FILHO PERILLO, Átila. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico, volume 1, CGH Udo Ary Callfass, rio Pesqueiro, Xanxerê (SC)**. Gaia Consultoria em Arqueologia Ltda. Lages (SC), jun. 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

LOPES, Marina da Fonseca; SILVA, André Ferreira e. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área da CGH São Clemente, no rio Jacutinga, municípios de Irani e Jaborá (SC)**. São Clemente Geração de Energia Ltda. Rio Grande (RS), set. 2017.

SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC)**. Artefatos Pesquisas arqueológicas. Florianópolis (SC), fev. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de. **Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio**. Municípios de Arabutã e Ipumirim (SC). Artefatos Pesquisas Arqueológicas. Florianópolis (SC), set. 2017.

SOUSA, Vania Leandro de. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de Arabutã e Ipumirim (SC)**. Artefatos Pesquisas Arqueológicas. Florianópolis (SC), jul. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de. **Relatório final de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH Passo do Irani, municípios de Faxinal dos Guedes e Ipumirim (SC)**. Artefatos Pesquisas arqueológicas. Florianópolis (SC), jul. 2018.

SOUSA, Vania Leandro de; GARCIA, Jefferson Batista. **Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e educação patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce (SC)**. Artefatos Pesquisas Arqueológicas. Florianópolis (SC), nov. 2016.